
PRÁXISCOMUNAL

volume 2 | número 1 | Janeiro - Dezembro 2019

ERA KARL MARX UM ETAPISTA HISTÓRICO?

WAS KARL MARX A HISTORICAL STAGETIST?

Matheus Correa de Sousa Heleno



ERA KARL MARX UM ETAPISTA HISTÓRICO?

WAS KARL MARX A HISTORICAL STAGETIST?

Matheus Correa de Sousa Heleno¹

RESUMO: Este trabalho pretende demonstrar que a filosofia marxiana não corrobora com quaisquer noções etapistas da História, nas quais um dado fim histórico seria alcançado mediante o estabelecimento e superação de estágios vários e pré-determinados dos modos de produção, como querem afirmar diversos críticos da obra de Karl Marx. Para isso, valer-se-á, primeiramente, de uma investigação acerca do modo pelo qual o teórico renano enxerga a realidade n’*A ideologia alemã* a fim de demonstrar que os pressupostos de sua filosofia, já como apresentados em 1845-1846, renegam uma análise etapista do desenvolvimento histórico-produtivo. Depois, utilizar-se-á o capítulo 24 do primeiro volume d’*O capital*, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, em adição à correspondência entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx e à resposta à redação da *Otechestvenye Zapiski*, proferida pelo filósofo renano em 1877, todos compostos apresentados no livro *Lutas de classes na Rússia* (Boitempo Editorial), com o objetivo de expor as conclusões do próprio Marx acerca de uma questão diretamente ligada ao tema proposto: “É necessário o desenvolvimento do capitalismo em uma sociedade para que ela atinja o comunismo?”.

PALAVRAS-CHAVE: Etapismo histórico; Acumulação primitiva; Rússia.

ABSTRACT: This paper intends to demonstrate that Marxian philosophy does not corroborate any statist notions of history, in which a given historical end would be achieved by establishing and overcoming various and predetermined stages of modes of production, as various critics of the work of Karl Marx want to affirm. In order to do so, it will be necessary to first investigate the way in which the Rhenian theorist sees reality in *The German Ideology* in order to demonstrate that the assumptions of his philosophy, already presented in 1845-1846, deny a statist analysis of historical-productive development. Then, it will use chapter 24 of the first volume of *Capital* in addition to the correspondence between Vera Ivanovna Zaslitch and Karl Marx and to the answer to the essay of *Otechestvenye Zapiski*, rendered by the Rhenish philosopher in 1877, all composed in *Lutas de classes na*

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Bolsista de Iniciação Científica do CNPq e Monitor do grupo de estudos Marx como crítico do Direito e da política.

Rússia (Boitempo Editorial), with the aim of exposing Marx's own conclusions about an issue directly related to the proposed theme: "Is the development of capitalism in a society necessary for it to attain communism?"

KEYWORDS: Historical Stagetism; Previous Accumulation; Russia.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, tornou-se comum dizer que Karl Marx foi um etapista histórico, ou seja, um defensor de que o desenvolvimento histórico-produtivo ocorria com a superação de modos de produção pré-determinados e necessários. Contudo, essa postura teórica, adotada por diversos críticos do filósofo renano, não encontra respaldo em uma análise cuidadosa da obra marxiana. O que se percebe com tais acusações, na verdade, é uma confusão entre as conclusões de Karl Marx e as inferências de alguns teóricos marxistas relevantes para o pensamento social no século passado. Portanto, constituem uma falsa identidade que, no fim das contas, comporta os mais famosos espantalhos, sejam aqueles que atribuem à filosofia marxiana uma análise teleológica da História ou os que enxergam em Karl Marx, com olhos míopes, um economicismo como chave de entendimento das relações sociais.

Seguindo-se o diapasão de tais atribuições injustas, é difícil olvidar autores como Joseph Stálin, que interpreta a obra de Marx e Engels na qualidade de um modelo teórico centrado em cinco tipos distintos de *relações de produção*, quais sejam, o comunismo primitivo, a antiguidade escravista, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo². Ideia esta que veio à tona, em um primeiro momento, a partir das sistematizações engelsianas de cunho propagandístico³, e que, posteriormente, firmou-se sobre os próprios pés enquanto vulgarização total do pensamento marxiano com o advento da *Terceira Internacional Comunista*, difundindo-se por todos os movimentos revolucionários ao redor do globo. Assim, os bolcheviques venderam a sua revolução como um protótipo a ser reproduzido em todos os países, independentemente de suas *especificidades* históricas.

No Brasil, essa configuração etapista da obra de Marx foi adotada pelo *Partidão* e subsistiu, com Nelson Werneck Sodré, sob a tese de que existiriam traços de feudalidade no passado colonial brasileiro, fazendo-se necessária uma revolução burguesa capaz de desenvolver plenamente o capitalismo em solo nacional para que, enfim, se pudesse tematizar a tão almejada transição ao socialismo⁴. Foi Caio Prado Jr., nos anos 40 do último

2 Cf. STALIN, J. *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945.

3 Cf. ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1986.

4 Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ciências

século, quem primeiro criticou a posição teórica do *Partido Comunista Brasileiro* internamente, afirmando, a partir de uma análise cuidadosa do empreendimento colonizador vivenciado pelo Brasil, que este país nasceu a partir e em decorrência da *acumulação primitiva* das potências europeias, já estando inserido em uma posição específica na cadeia produtiva proto-capitalista desde a sua mais tenra infância⁵. Mais tarde, as preocupações acerca das *especificidades* históricas nacionais encontraram novo fôlego em José Chasin, que, valendo-se do legado lukacsiano e da obra de Carlos Nelson Coutinho, formulou a *via colonial de entificação do capitalismo*⁶.

Também é importante salientar: os críticos de Karl Marx que atribuem a ele uma concepção etapista da História não se baseiam apenas em interpretações e leituras de terceiros, mas procuram amparo na própria obra marxiana. É no famoso *Prefácio de 1859*, introdução ao texto *Contribuição à crítica da economia política*, que tais arguidores pensam ter encontrado a justificativa cabal para as suas acusações. Daí, onde reside a metáfora da base e da superestrutura⁷, na qual Marx conclui que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 49), muitos autores concluem que o filósofo renano assume uma postura simplista frente às relações sociais, pois supostamente reduziria todas e quaisquer ideias a frutos imediatos do campo econômico.

Contudo, não se pode ignorar a vastidão de argumentos na obra marxiana que contrariam essa perspectiva. As correspondências entre Karl Marx e Vera Ivanovna Zaslitch, a resposta à redação da *Otechestvenye Zapiski* em 1877 e o prefácio da edição russa d’*O manifesto comunista* de 1882 são, sem sombra de dúvidas, uma resposta definitiva às equivocações que deram origem ao presente trabalho. Então, os leitores podem se perguntar, por que insistir em um esforço teórico como o que aqui se faz exposto? Não seria repetitiva tal caminhada? Frente a isso, respondo-lhes: são dois os motivos que justificam a existência deste trabalho dilucidar os textos supracitados, pois evidentemente mal compreendidos quando se adentra em discussões desse gênero, e demonstrar que os pressupostos da filosofia marxiana, já como apresentados n’*A ideologia alemã*, contrariam as noções de linearidade no desenvolvimento da História. Em outras palavras, este trabalho não visa a uma mera repetição do que foi explicitamente dito por Karl Marx no final de sua vida, mas a demonstrar que desde o resultado do seu acerto de contas com Hegel ele já rompia com uma análise teleológica das categorias historicamente situadas.

Humanas LTDA., 1978.

5 Cf. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

6 Cf. CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1978.

7 “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. (MARX, 2008, p. 49).

Para isso, a metodologia utilizada neste trabalho será a *crítica imanente* proposta por José Chasin em *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. Pretende-se, pois, “reproduzir pelo interior mesmo da reflexão marxiana o trançado determinativo de seus escritos, ao modo como o próprio autor os concebeu e expressou” (CHASIN, 2017, p. 25) com a finalidade de se demonstrar que as acusações de etapismo histórico dirigidas a Karl Marx não guardam em si fidedignidade. Então, em um primeiro momento, este trabalho ocupar-se-á de uma análise cuidadosa d’A *ideologia alemã*, tomando “o texto – a *formação ideal* – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos” (CHASIN, 2017, p. 25) para revelar, assim, que o procedimento pelo qual Karl Marx investiga a realidade, exposto de maneira preambular em 1845-1846, opõe-se veementemente à Filosofia da História.

Depois, o presente artigo trará à tona as considerações de Karl Marx acerca da entificação do capitalismo na Europa Ocidental mediante o capítulo 24 do primeiro volume d’O *capital*, denominado *A assim chamada acumulação primitiva*. Com isso deseja-se resgatar a tese do próprio filósofo alemão sobre o assunto, e não os “modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção do *para nós* que é elaborado pelo investigador” (CHASIN, 2017, p. 26). Modos estes que deram origem a uma discussão ferrenha, especialmente, no seio da esquerda política russa em remate do século XIX, e que foram respondidos por Marx através da bibliografia já mencionada no quarto parágrafo desta introdução. É esse o tema de que a terceira e última seção do presente trabalho tratará, valendo-se do exposto no momento anterior para conferir um maior embasamento aos argumentos que contrariam ser possível uma abordagem etapista histórica na obra de Karl Marx.

Assim, negar-se-á o título do presente artigo ao se “explicitar a *posição* instaurada por Marx, e cuja tematização fundante há de ser evidenciada em sua própria obra” (CHASIN, 2017, p. 26), conjurando três momentos distintos dela – mas de continuidade e completude conclusiva na teoria social do filósofo renano –, a saber, o primeiro texto que expõe indubitavelmente a crítica marxiana à filosofia especulativa, isto é, a expressão do acerto de contas de Karl Marx com Hegel, a *Magnum opus* do velho mouro, ou seja, a crítica radical da economia política, e seus escritos finais.

Mas ainda fica a pergunta: por que utilizar a *crítica imanente* e não outra abordagem metodológica? Ora, “numa época devastada pelo arbítrio e pela equivalência das ‘leituras’” (CHASIN, 2017, p. 25) como a presente, período no qual “o lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial” (MARX, 2017b, p. 86), faz-se crítico restaurar a teorização filosófico-científica em seus termos originais. Trata-se, pois, de conduzir ininterruptamente “uma analítica matrizada pelo respeito radi-

cal à estrutura e à lógica inerente ao texto examinado” (CHASIN, 2017, p. 25), assumindo-se “que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os *nexos* ou *significados* destes não deixariam, por isso, de existir” (CHASIN, 2017, p. 26). Ao considerar, portanto, que “cada entificação concreta teria seu método; cada destino, que somente existe como destino a ser alcançado, o verdadeiro, não dominado de início, tem sua própria rota” (VAISMAN; ALVES, 2017, p. 17), este trabalho repudia quaisquer pretensões lógico-gnosioepistêmicas. Em outras palavras, visa-se, aqui, à apreensão do traçado determinativo da bibliografia mencionada a partir dela mesma, tomando-a enquanto forma de ser concreta e não como mero amálgama de impressões subjetivas. Assim, não se recorre à fluidez de sentido das *interpretações*, tampouco se projeta estruturas prévias do pensamento ao objeto, ignorando a sua conformação específica em detrimento de certezas anteriores ao próprio ato de pesquisar. Numa só sentença: ao se valer da *crítica imanente*, este trabalho “tem por mérito a sustentação de que antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer prova de haver compreendido” (CHASIN, 2017, p. 25).

COMO KARL MARX APREENDE A REALIDADE?

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* [*Objekt*] ou da *contemplanção*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal.

MARX; ENGELS, 2016, p. 533.

Inserido em um contexto de debates com a filosofia especulativa, Karl Marx se atrai pelo pressuposto materialista de Feuerbach para dar início às suas próprias investidas contra a logicização hegeliana da realidade, isto é, para fundar uma crítica ontológica frente à teoria do antigo reitor da Universidade de Berlim. Contudo, o filósofo renano não despreza totalmente as conclusões de Hegel no que toca a produção da História humana pelas mãos dos próprios homens, tampouco estabelece matrimônio com as ideias traçadas pelo autor d’*A essência do cristianismo*. A fim de entender a refutação de Marx à filosofia ocidental desenvolvida até o momento, ou seja, de responder à questão que intitula esta seção, é necessário que nos voltemos, em primeira análise, às insuficiências do *materialismo contemplativo* de Feuerbach.

Decerto, Karl Marx assume um caráter materialista em sua filosofia. Para o filósofo renano, não restam dúvidas de que a realidade existe independentemente da cons-

ciência. Há, pois, uma realidade externa que se impõe aos indivíduos e interfere, portanto, em seu campo de possibilidades de ação. Lembremo-nos das palavras proferidas pelo velho mouro: “as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2016b, p. 59). Entretanto, Marx não interrompe suas investigações neste ponto, região na qual Feuerbach se acomodou, deu-se por satisfeito com um exercício de “veneração passiva, extasiada genuflexão diante da grandiosidade e da onipotência da natureza” (MARX; ENGELS, 2016, p. 79).

Retornemos à citação que dá início ao presente segmento. Nessas linhas, Karl Marx deixa claros os limites embutidos na mera contemplação, e mais: enseja a saída do problema filosófico não menos presente no materialismo de Feuerbach do que na especulação hegeliana. Considerar a prática, a atividade do homem, como atividade humana sensível traz à teoria marxiana um elemento dialético de totalidade na apreensão da realidade efetiva [*Wirklichkeit*]: objetividade e subjetividade se engendram e constroem a própria realidade. Em outras palavras, o filósofo renano entende que os indivíduos modificam “o objeto, a realidade, o sensível” (MARX; ENGELS, 2016, p. 533) e, também a si mesmos, através da sua prática. Portanto, o que se identifica nesse novo materialismo é uma autarquia relativa da realidade sobre as formas de consciência. O modo de vida dos homens não pode fugir da reprodução material historicamente disposta a eles, o que expõe a imposição das determinações da natureza na constituição dos seres humanos; mas os homens não ficam inertes enquanto lidam com os desígnios dessa natureza externa, eles produzem o seu próprio modo de vida ao transformá-la por meio de sua *atividade consciente*.

Nesse sentido, afirma Marx, explicitando o pressuposto materialista de seu pensamento:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorização da vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2016, p. 87.)

E continua ao demonstrar o caráter ativo da atividade humana sensível, da prática dos homens:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a

organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história (...). Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2016, p. 87)

Assim, superam-se duas questões fundamentais para a filosofia ocidental conhecida até então: o problema da gnosiologia, isto é, o dilema da teoria do conhecimento, e a carência no tratamento da subjetividade humana ativa do velho materialismo.

Mas, os leitores podem se perguntar, como a gnosiologia é sobrepujada por Marx? Assumir a atividade humana como atividade humana sensível, como o próprio teórico alemão pontua na citação analisada, já não se mostrou uma tarefa concluída pelo idealismo? A pergunta que assombra os pensadores ocidentais desde o nascimento da filosofia, a saber, aquela que indaga sobre a veracidade do conhecimento do objeto, sempre fora tratada, até Marx, como uma questão teórica. Por consequência, a sua solução invariavelmente se deu através de um mérito metodológico, de um arranjo *a priori* da subjetividade humana, ou da especulação. A filosofia do sujeito, representada principalmente por Descartes e por Kant, trabalhava o seguinte mote: *para se conhecer a realidade é preciso que conheçamos a nós mesmos*. Diante disso, atingir-se-ia tal autoconhecimento mediante uma análise prévia das qualidades racionais intrínsecas aos indivíduos. A filosofia especulativa, por sua vez, traz em Hegel a ideia de que o caminhar histórico da consciência, do *Espírito*, é análogo ao movimento da própria realidade. A também chamada tese do *sujeito-objeto idêntico* incorre em uma logicização do real efetivo [*Wirklichkeit*] tão logo rompe com o intermediário epistêmico kantiano, isto é, quando afirma que a veracidade do conhecimento reside na análise do processo histórico de desenvolvimento da consciência e, portanto, da realidade. Assim, o esforço teórico de se apreender a sensibilidade humana para, enfim, julgar um conhecimento como verdadeiro morre frente às investigações da História pelo *Espírito*; aquilo que pode ser conhecido, ou seja, o objeto, não pode ultrapassar os limites da natureza transformada pela *atividade sensível* dos homens, dos sujeitos. Se “o que é racional é real e o que é real é racional” (HEGEL, 1997, p. 36), não há uma gnosiologia em Hegel, mas uma identidade entre consciência e realidade que permite tratar esta última a partir da produção *espiritual* dos indivíduos. Por isso, o antigo reitor da Universidade de Berlim continua a abordar o conhecimento através de uma questão teórica.

Contudo, Karl Marx não se prende às limitações do idealismo, seja em sua manifestação gnosiológica ou em sua conformação especulativa. Ele interpreta a verdade do conhecimento sobre o real efetivo [*Wirklichkeit*] como uma questão *prática*.

Diz ele:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*. (MARX; ENGELS, 2016, p. 533).

Conclui-se, portanto, que a filosofia marxiana entende a atividade humana sensível como chave para o conhecimento da realidade. Não há, pois, possibilidade de se dissociar teoria e prática sem cair em bases meramente escolásticas. “O *homem* não é um ser abstrato, acorocado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade” (MARX, 2016a, p. 151). Ele conhece na medida em que atua e atua na medida em que conhece.

Porém, se o problema da gnosiologia é superado a partir da noção de que a verdade sobre o objeto demonstra-se através da atividade humana, de sua prática, deve-se notar que a consciência não pode mais ser interpretada como uma qualidade autônoma, imutável, apartada da vida material dos indivíduos, qual defendia Descartes em sua dicotomia entre corpo e alma. Karl Marx passa a compreender a consciência como parte do homem, como resultado de suas interações sociais.

Sobre isso, esclarece o filósofo renano:

A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos da retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX; ENGELS, 2016, p. 94).

E prossegue, reiterando as próprias bases materialistas:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência. (MARX; ENGELS, 2016, p. 94).

Depois de compreender como Karl Marx responde às deficiências do *materialismo contemplativo* de Feuerbach e às limitações da gnosiologia e da filosofia especulativa, mos-

tra-se indispensável uma investigação mais profunda desse novo materialismo. Sabe-se, como foi demonstrado há pouco, que as considerações marxianas acerca da consciência como *ser consciente* e da atividade humana como *atividade humana sensível* ultrapassam quaisquer necessidades de um arranjo *a priori* da subjetividade para se entender o objeto. Entretanto, afastados os méritos de um método, qual apresentado pela teoria do conhecimento, como inferir o ponto de partida de Karl Marx para se apreender a realidade? A isso o filósofo renano responde sem rodeios:

Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em qualquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas. (MARX; ENGELS, 2016, p. 94-95).

O que se pode retirar de tal passagem? Ora, se Karl Marx considera a atividade humana sensível como prática transformadora de uma realidade já disposta aos indivíduos, independentemente de sua consciência, e entende-se que essa realidade externa é a condição primeira para a produção dos meios de vida dos homens, conclui-se, como visto anteriormente, o mutualismo entre os elementos objetivo e subjetivo. Em outras palavras, não há como se dissociar, dado o caminhar histórico, a natureza das modificações que os homens incutem a ela através da sua atividade, da sua prática. Novamente uma autarquia relativa da realidade sobre as formas de consciência. Se a uma geração de indivíduos é imposta uma realidade modificada pela atividade humana sensível da geração anterior, tal objeto apresentado a eles não é menos natureza do que produto dessa prática, desse *lado ativo* dos homens⁸. Daí a consideração de que “toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história” (MARX; ENGELS, 2016, p. 87), pois “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2016, p. 87).

Tendo em vista o exposto, nada mais coerente que tomar os homens como pressupostos para essa forma de se apreender a realidade, a natureza, a História, desde que devidamente situados. Ao se partir dos indivíduos dessa maneira, “a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos” (MARX; ENGELS, 2016, p. 87) graças à percepção de que a prática humana é atividade sensível, capaz de transformar a natureza e de transformar os

⁸ “Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história”. (MARX; ENGELS, 2016, p. 43-44).

próprios indivíduos. Em outras palavras, entende-se que o homem faz a História através de sua *prática*⁹. Também escapamos de considerar a História como “uma ação imaginária de sujeitos imaginários” (MARX; ENGELS, 2016, p, 87), pois se entende que a consciência é parte indissociável do homem e, por isso, fragmento de sua própria atividade. O processo histórico não está, então, vinculado a um simples voluntarismo do pensamento, mas ao modo pelo qual os homens conhecem a realidade, isto é, atuando sobre ela.

Assim, compreende-se a forma pela qual Karl Marx apreende a realidade e, agora, cabe a este trabalho demonstrar-lhes os motivos desse pensamento rejeitar um entendimento etapista do processo histórico-produtivo. Antes de tudo, deve-se notar que os pressupostos da filosofia marxiana são “os homens, não em quaisquer isolamentos ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições” (MARX; ENGELS, 2016, p. 94). O que isso quer dizer? Em primeiro lugar, que a teoria de Marx não toma os indivíduos em uma abobada metafísica, pré-determinada pela razão, na qual supostamente teriam sua forma de agir real, sua verdadeira natureza, aferida pela onipotência de um filósofo. Pelo contrário, Karl Marx toma os homens no interior de suas relações sociais e de sua permuta com a natureza, algo que pode ser verificado concretamente no modo de vida dos próprios homens. Em segundo lugar, que o velho mouro não é inocente a ponto de atribuir um caráter de universalidade a essas relações sociais ou a essa reciprocidade com a natureza. Marx deixa claro que a sua filosofia analisa o processo de desenvolvimento real dos indivíduos, “sob determinadas condições” (MARX; ENGELS, 2016, p. 94). Condições tais que, em respeito à coerência da presente exposição, são determinadas pela forma como os homens produzem os seus modos de vida, ou seja, pela maneira que os indivíduos reproduzem a conjuntura material disposta a eles e também a transformam. E isto é certo: impossível seguir procedimento semelhante desconsiderando-se as particularidades inerentes aos homens, e, portanto, a *como* eles fazem a História.

Conclui Marx:

Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a or-

9 “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”. (MARX, 2016c, p. 25).

denaço do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas. (MARX; ENGELS, 2016, p. 95).

Portanto, faz-se claro que o procedimento pelo qual Karl Marx apreende a realidade, aqui intrínseca à natureza transformada através da *atividade humana sensível* e, conseqüentemente, ao desenvolvimento histórico dos próprios homens, não pode se aproximar de quaisquer noções etapistas da História. Ao trazer à tona “a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95), o filósofo renano jura de morte “as fraseologias sobre a consciência” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95). Então, não há espaço para se considerar etapas histórico-produtivas pré-definidas e sucessivas na tese defendida por ele. Tal proposta configurar-se-ia como mera abstração filosófica apartada da História, “uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95). Enxergar os homens “em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições” (MARX; ENGELS, 2016, p. 94), por outro lado, é vislumbrar o conjunto de determinações no qual a verdadeira História acontece, as diferenças específicas de cada época, a *prática* como elemento ativo na constituição dos homens e na transformação da natureza.

O DESENVOLVIMENTO GERAL DO CAPITALISMO: ABSTRAÇÃO RAZOÁVEL OU ETAPISMO HISTÓRICO?

A presente seção valer-se-á do capítulo 24 do primeiro volume d'*O capital*, intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, para tratar das considerações de Karl Marx acerca da entificação do capitalismo. Apesar desse esforço analítico não parecer essencial ao objetivo do trabalho que tens em mãos, isto é, negar quaisquer vínculos entre o pensamento marxiano e as noções teleológicas de uma filosofia da História, faz-se substancial a leitura do texto supracitado. Mas por quê? Como pode ser visto nas introduções aos compostos em que Marx trata da questão russa¹⁰, *A assim chamada acumulação primitiva* semeou interpretações diversas entre os intelectuais e revolucionários da época. Para que as respostas do filósofo renano a esse debate sejam melhor expostas posteriormente, decidiu-se passar, pois, por alguns dos pontos principais tratados no referido capítulo.

Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capita-

10 Cf. MARX; ENGELS, 2013, p. 57-63, 71-78, 80-88 e 117-123.

lista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num ciclo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. (MARX, 2017a, p. 785).

Karl Marx inicia o texto com uma afirmação óbvia. Devido à volumosa fonte documental sistematizada pela historiografia, cabe apenas aos apologistas mais tacanhos assumir que o modo de produção capitalista sempre existiu. A saída da economia política, nas vezes de Adam Smith, foi a presunção de uma acumulação de riquezas anterior ao capitalismo, uma época primeva na qual “havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais” (MARX, 2017a, p. 785). Estaria explicada, assim, “a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar” (MARX, 2017a, p. 785).

Porém, o filósofo renano estava ciente que “na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio” (MARX, 2017a, p. 786), um conto de fadas no qual “direito e ‘trabalho’ foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento” (MARX, 2017a, p. 786). O velho mouro preferia desvendar a História real, e nela, “como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência” (MARX, 2017a, p. 786). Assim, o objetivo do capítulo 24 do primeiro volume d’*O capital* torna-se claro: desmentir o ideal teológico¹¹, fantasioso, do conceito burguês de *acumulação primitiva* e, em seu lugar, revelar as bases atrozes que sustentaram o desenvolvimento do capitalismo.

E quais seriam esses alicerces bravios? Karl Marx identifica que, para existir o modo de produção capitalista, “é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato” (MARX, 2017a, p. 786). São elas:

[Os] possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra da força de trabalho alheia; [e os] trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. (MARX, 2017a, p. 786).

Portanto, “com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista” (MARX, 2017a, p. 786). Mas antes que os dois tipos de possui-

¹¹ “Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia (...). De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso”. (MARX, 2017a, p. 785).

dores de mercadorias se defrontem, entrem em contato, eles precisam de condições das quais possam nascer. Também é evidente que ambas as classes, os possuidores de dinheiro e os trabalhadores livres, relacionam-se de forma distinta com os meios de produção. Enquanto os primeiros, como pode ser aferido na citação anterior, detêm a propriedade dos meios de produção, os últimos só dispõem da própria força de trabalho para vender – afinal, se esses vendedores de trabalho tivessem posse dos meios de produção e de subsistência, não precisariam trocar a única mercadoria que têm por outras; eles mesmos as produziriam. Sabendo que o modo de produção capitalista fora antecedido pelo feudalismo¹², sistema no qual os trabalhadores eram também produtores diretos, resta-nos concluir: “o processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho” (MARX, 2017a, p. 786). E mais: se a economia feudal era basicamente agrária, tal separação entre trabalhador e meios de produção só pode ter ocorrido através da expropriação da terra, que transformou camponeses em homens livres para vender a própria pele ou perecer¹³.

O parágrafo anterior apresenta o parto dos trabalhadores livres, mas relega à escuridão os eventos que amamentaram os possuidores de dinheiro. Deixemos que Karl Marx acenda as luzes:

Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram, por sua vez, de deslocar não apenas os mestres-artesãos corporativos, mas também os senhores feudais, que detinham as fontes de riquezas. Sob esse aspecto, sua ascensão se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas se os cavaleiros da indústria desalojaram os cavaleiros da espada, isso só foi possível porque os primeiros exploraram acontecimentos nos quais eles não tinham a menor culpa. Sua ascensão se deu por meios tão vis quanto os que outrora permitiram ao liberto romano converter-se em senhor de seu *patronus* [patrono]. (MARX, 2017a, p. 787).

Não cabe a este trabalho desbravar os detalhes pelos quais a expropriação da terra e, conseqüentemente, a formação das classes sociais supracitadas, se deu. Para cumprir o propósito da presente seção, algumas questões devem ser esclarecidas. Pois vamos a elas.

O primeiro seguimento deste artigo ocupou-se de demonstrar como o processo pelo qual Karl Marx apreende a realidade não carrega vínculos com uma teoria etapista

12 “A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução da última liberou os elementos daquela”. (MARX, 2017a, p. 786).

13 “Esses recém-libertos só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam”. (MARX, 2017 a, p. 787).

da História. Naquelas linhas, foi dito que, graças ao entendimento da consciência como *ser consciente*, da atividade humana como *atividade humana sensível* e ao pressuposto do novo materialismo, a saber, “os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições” (MARX; ENGELS, 2016, p. 94), Marx teria sido capaz de superar os problemas da gnosiologia e da carência de tratamento da subjetividade ativa no materialismo contemplativo. Também foi dito que, em decorrência desses fatores, as abstrações da filosofia, dentre elas, a atribuição de uma universalidade às relações sociais e às permutas entre homem e natureza, eram apenas “fraseologias sobre a consciência” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95), formulações teóricas sem nenhum valor explicativo acerca da realidade¹⁴. Contudo, há poucos parágrafos apresentamos-lhes sentenças aparentemente dissonantes com tais conclusões.

Se Karl Marx, de fato, atenta-se ao “processo prático de desenvolvimento dos homens” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95) e não a “uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95), por que tratar a entificação do capitalismo de forma geral? Ao afirmar que existem pressupostos para o estabelecimento do modo de produção capitalista, o filósofo renano não estaria adotando uma perspectiva universalista acerca das relações sociais que constituem a História? E, por último, dizer que “a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal” (MARX, 2017a, p. 786) não seria uma concepção etapista da História, na qual um estágio histórico-produtivo sucumbe ao desenvolvimento inevitável de outro?

Para responder a essas questões, faz-se necessário evocar algumas palavras do velho mouro a fim de tornar as explicações mais palatáveis:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica. (MARX, 2017a, p. 787-788).

Percebe-se, pois, que Karl Marx não abandona os pressupostos de sua teoria para analisar a entificação do capitalismo n’A *assim chamada acumulação primitiva*. Em verda-

14 Cf. MARX; ENGELS, 2016, p. 95.

de, o filósofo renano concorda que a história da acumulação primitiva “assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2017a, p. 787-788), isto é, prende-se à existência de diferenças específicas a cada circunstância na qual os indivíduos *ativos* estão situados. Porém, Marx identifica características comuns à entificação do capitalismo em todos os países europeus conhecidos por ele até a data da publicação do primeiro volume d’*O capital*, quais sejam, “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês” (MARX, 2017a, p. 787), “o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho” (MARX, 2017a, p. 786) e o surgimento de duas classes sociais: os “possuidores de dinheiro, de meios de produção e meios de subsistência” (MARX, 2017a, p. 786) e os trabalhadores livres. Tais características comuns, ou gerais, não conferem uma universalidade ao processo de entificação do capitalismo além de outra espécie de abstração; mas, diferentemente dos produtos da gnosiologia, essa não é uma abstração que paira no ar, subsistindo à míngua. Marx logo trata de conferir-lhe bases materiais concretas: a Inglaterra, país onde a “expropriação se apresenta em sua forma clássica” (MARX, 2017a, p. 788).

Deve-se compreender que Karl Marx não renega por completo as abstrações. Quando o velho mouro desvela o processo de vida real dos indivíduos em detrimento da especulação, “a filosofia autônoma perde (...) seu meio de existência” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95). Mas, em seu lugar, diz Marx, “pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95). Quando essas abstrações se desligam completamente da História real, decerto não possuem nenhum valor explicativo sobre a realidade; mas se integradas ao processo real de desenvolvimento dos indivíduos, “elas podem servir (...) para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95). Ao prosseguir o capítulo analisado nesta seção, precisando que a Inglaterra será seu modelo expositivo, o teórico renano dá um sentido *razoável* às suas abstrações, tornando-as úteis para as finalidades antes descritas. Consciente de que essas abstrações *razoáveis* “de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95), Karl Marx diz:

A dificuldade [de investigação da realidade] começa, ao contrário, somente quando se passa à consideração e à ordenação do material, seja de uma época passada ou presente, quando se passa à exposição real. A eliminação dessas dificuldades é condicionada por pressupostos que (...) resultam apenas do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época. (MARX; ENGELS, 2016, p. 95).

Assim, tornam-se claras as respostas para as duas primeiras perguntas levantadas anteriormente. Adotar uma abstração *razoável*, vinculada à História real, é um ganho no que toca à exposição do conteúdo e ao entendimento dos interlocutores e, além disso, não configura uma atribuição de universalidade às relações sociais que engendram a objetivação do capitalismo, pois o “estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95) é justamente a via pela qual podemos investigar a realidade, a natureza, a História. Em outras palavras, é a passagem da abstração *razoável* para a “exposição real” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95) o recurso capaz de captar o que de fato definiria a entificação do capitalismo em cada circunstância historicamente situada.

Por fim, vamos à última questão. Quando Marx afirma que “a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal” (MARX, 2017a, p. 786), ele não está, de forma alguma, corroborando com uma visão teleológica da História. Há, nessa passagem, uma mera constatação de fatos. O velho mouro não afirma ser necessário a uma sociedade passar pelo modo de produção feudal para que nela se desenvolva o capitalismo, mas sim que houve uma conformação histórico-produtiva denominada feudalismo e que a sua supressão se desdobrou na estrutura econômica capitalista. Se “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco” (MARX, 2016b, p. 58), somos capazes de compreender, depois de estabelecida a categoria presente, as múltiplas determinações que possibilitaram à categoria passada desenvolver-se no sentido dessa mesma categoria presente. Também devemos nos atentar que esse processo é apenas *um* dos pontos de partida para se entender a transformação de uma categoria anterior em uma categoria atual. Então, apesar da “economia burguesa fornecer a chave da economia antiga” (MARX, 2016b, p. 58), não se pode seguir a tendência “dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade” (MARX, 2016b, p. 58). Fazê-lo seria desconsiderar o “estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época” (MARX; ENGELS, 2016, p. 95), isto é, permanecer atado às abstrações gnosiológicas ou especulativas.

O DESTINO DA COMUNA RURAL RUSSA: CAPITALISMO OU COMUNISMO?

Como pode ser lido na contextualização histórica da MEGA-2 à carta escrita por Karl Marx em resposta à redação da *Otechestvenye Zapiski*¹⁵, durante os anos finais do século XIX vários círculos intelectuais russos conheciam o primeiro volume de *O capital* e debatiam sobre o futuro da comuna rural valendo-se da *Magnum opus* marxiana. Segundo Vera Ivanova Zaslitch, uma revolucionária de Mikhailovka que estabeleceu correspondência com Karl Marx em 1881, as discussões acerca da questão agrária na Rússia eram um debate “de vida ou morte, sobretudo para (...) o partido socialista [russo]” (ZASULITCH, 2013, p.

15 Cf. MARX; ENGELS, 2013, p. 57-63.

79). Apelando por um posicionamento do próprio Marx sobre o assunto, Vera Zaslitch afirmava que só havia duas saídas possíveis para a Rússia: “a comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos das terras e da administração arbitrária, [seria] capaz de se desenvolver pela via socialista” (ZASULITCH, 2013, p. 79) ou, “pelo contrário, a comuna [estaria] destinada a perecer” (ZASULITCH, 2013, p. 79).

Convicta de que as ações dos socialistas revolucionários na Rússia deveriam ser guiadas pela solução desse problema¹⁶, Vera Ivanova Zaslitch prossegue em seus pedidos a Karl Marx:

Nos últimos tempos, ouvimos com frequência que a comuna rural é uma forma arcaica, condenada à morte, como se fosse a coisa mais indiscutível, pela história, pelo socialismo científico. As pessoas que apregoam isso se dizem vossos discípulos por excelência: “marxistas”. Seu argumento mais forte muitas vezes é: “Foi Marx quem disse isso”. Quando se objeta: “Mas como vós deduzis isso de seu *O capital*? Ele não trata da questão agrária e nunca fala da Rússia”, eles replicam, de um modo talvez um tanto temerário: “Ele o teria dito se tivesse falado de vosso país”. Vós compreendeis, portanto, Cidadão, até que ponto vossa opinião sobre essa questão nos interessa e como é grande o serviço que vós nos prestaríeis, expondo vossas ideias sobre o possível destino de nossa comuna rural e sobre a teoria da necessidade histórica de que todos os países do mundo passem por todas as fases da produção capitalista. (ZASULITCH, 2013, p. 79-80).

Portanto, percebe-se que o vínculo entre a obra marxiana e as noções teleológicas da História, além de datar dos anos finais da vida de Karl Marx, tem por base interpretações no mínimo distraídas do primeiro volume d'*O capital*. Apesar de provados os equívocos nos quais se sustenta a afirmação de que o materialismo marxiano corrobora com uma visão etapista da História nas seções anteriores, faz-se necessário visitar as respostas do próprio autor ao debate aqui exposto para abater todas as dúvidas ainda restantes. Por isso, começemos a investigação em ordem cronológica.

No ano de 1877, Karl Marx recebeu dois exemplares da revista russa *Otechestvenye Zapiski* por intermédio de Nicolai Franzevitch Danielson¹⁷. Nessas mesmas edições, travava-se uma batalha teórica entre Jukovski, um economista vulgar e burguês liberal antimarxista, e Michailovski, um intelectual dos círculos populistas russos [*narodniki*]¹⁸. Enquanto o primeiro publicou um artigo chamado “Karl Marx e seu livro *O capital*” n'*O mensageiro da Europa* para atacar a obra marxiana, o último partiu em defesa do filósofo renano com o artigo “Karl Marx diante do tribunal de Ju. Jukovski”, divulgado no décimo volume da

16 Cf. MARX; ENGELS, 2013, p. 79.

17 Cf. MARX; ENGELS, 2013, p. 57.

18 Ibidem.

*Otechestvenye Zapiski*¹⁹. Contudo, a réplica de Michailovski sustentou-se “a partir das posições doutrinárias características dos *narodniki*”²⁰ e, portanto, ambígua em relação às teses expostas por Marx. Por isso, o velho mouro redigiu o texto em breve analisado.

Sem deixar pedra sobre pedra, o socialista alemão critica Michailovski por este lhe ter acusado de etapismo histórico:

Em artigos notáveis, ele tratou da questão de se a Rússia deve começar, como querem os economistas liberais, por destruir a comuna rural para passar ao regime capitalista, ou se, pelo contrário, ela poderia, sem experimentar a tortura infligida por esse regime, apropriar-se de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos. E ele se pronuncia a favor da última solução. E meu prezado crítico teria razões no mínimo tão fortes tanto para inferir da minha consideração por esse “grande erudito e crítico russo” [Tchernichevski] que compartilho a sua visão sobre essa questão quanto para concluir de minha polêmica contra o “beletrista” e pan-eslavista russo [Alexander Herzen] que rejeito a sua visão. (MARX; ENGELS, 2013, p. 65-66).

Depois de rascunhar seu repúdio a uma abordagem teleológica da História, Karl Marx resgata o capítulo 24 do primeiro volume d’*O capital*²¹, composto do qual os críticos de sua filosofia colheram falsos argumentos para acusá-lo de defender uma tese etapista da História. Confirmando as conclusões do presente trabalho na seção anterior, o velho mouro diz que “o capítulo sobre a acumulação primitiva visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal” (MARX; ENGELS, 2013, p. 66) e que “essa afirmação não passa de um resumo sintético de longas explicitações dadas nos capítulos sobre a produção capitalista” (MARX; ENGELS, 2013, p. 68). E volta a repreender Michailovski, apontando-nos que o *narodniki*, além de ter aplicado o esboço teórico de Marx à Rússia de maneira errônea²², travestiu esse “esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos” (MARX; ENGELS, 2013, p. 68). Assim, o filósofo renano termina a sua carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*, evocando as suas tão queridas analogias com a Roma Antiga:

Em diferentes pontos de *O capital* fiz alusão ao destino que tiveram os plebeus da antiga Roma. Eles eram originalmente camponeses livres que cultiva-

19 Ibidem.

20 Ibidem.

21 Na edição publicada em Paris no ano de 1872, *A assim chamada acumulação primitiva* era o trigésimo segundo capítulo.

22 “Ora, como o meu crítico aplicou esse esboço histórico à Rússia? Tão somente assim: se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa ocidental (...), não será bem-sucedida sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos”. (MARX; ENGELS, 2013, p. 68).

vam, cada qual pela própria conta, suas referidas parcelas. No decurso da história romana, acabaram expropriados. Assim sendo, numa bela manhã (eis aí), de um lado homens livres, desprovidos de tudo menos de sua força de trabalho, e do outro, para explorar o trabalho daqueles, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que aconteceu? Os proletários romanos não se converteram em trabalhadores assalariados, mas numa “*mob* [turba]” desocupada, ainda mais abjetos do que os assim chamados “*poor whites* [brancos pobres]” dos estados sulistas dos Estados Unidos, e ao lado deles se desenvolve um modo de produção que não é capitalista, mas escravagista. Portanto, acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambiente históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica. (MARX; ENGELS, 2013, p. 68-69).

Torna-se, pois, evidente que Karl Marx não corrobora com quaisquer noções etapistas da História, sendo axiomáticas as conclusões traçadas nos segmentos anteriores deste artigo. Mas ainda fica o questionamento: se a carta analisada na presente seção foi escrita pelo velho mouro em 1877, por que Vera Ivanova Zaslitch pergunta o seu posicionamento sobre o futuro da comuna rural russa quatro anos mais tarde? E mais: se Marx concorda que a comuna rural não precisaria sofrer com as intempéries do capitalismo para “apropriar-se de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos” (MARX; ENGELS, 2013, p. 65), como isso aconteceria? Para solucionar a primeira questão, faz-se necessário um retorno à contextualização histórica da MEGA-2 acerca desses compostos e, para responder à última pergunta, será preciso conjurar os esboços da carta que Karl Marx enviou em réplica à mensagem de Zaslitch. Então, prossigamos.

Segundo a equipe da *Marx-Engels Gesamtausgabe*, o filósofo renano não chegou a enviar sua resposta à redação da *Otechestvenye Zapiski* enquanto vivo, apesar de tê-la escrito no final de 1877²³. Os motivos? “Na opinião de Engels, ele não o fez porque temia, já por causa de seu nome, colocar em perigo a existência da revista”²⁴. Por conta disso, a referida carta só foi publicada legalmente na Rússia em outubro de 1888, e Vera Ivanovna Zaslitch teria recebido esse artigo em 1884, junto a uma correspondência de Engels²⁵. Assim, estariam explicadas as razões que levaram a revolucionária russa a escrever ao velho mouro apenas em 1881, quase quatro anos depois do debate entre Michailovski e Marx ocorrer.

23 Cf. MARX; ENGELS, 2013, p. 58.

24 Ibidem.

25 Cf. MARX; ENGELS, 2013, p. 60-61.

Esclarecidos tais fatos, voltemos à última questão levantada neste trabalho.

Karl Marx, decerto, acredita que a comuna rural russa poderia se desenvolver rumo ao comunismo sem se render às mazelas da estrutura econômica capitalista. Ele diz isso claramente em sua resposta à redação da *Otechestvenye Zapiski*: “ela [a comuna rural russa] poderia, sem experimentar a tortura infligida por esse regime [o capitalismo], apropriar-se de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos” (MARX; ENGELS, 2013, p. 65). E volta a afirmá-lo no primeiro esboço de sua carta à Vera Ivanova Zaslitch:

Falando em termos teóricos, a “comuna rural” russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um *ponto de partida direto* do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista, regime que, considerado exclusivamente do ponto de vista de sua *duração* possível, conta muito pouco na vida da sociedade. (MARX; ENGELS, 2013, p. 96).

Mas como isso seria possível? As passagens apresentadas fornecem-nos uma resposta: a Rússia deveria se apropriar da riqueza real produzida no capitalismo, tendo em vista que essa nação “não vive isolada do mundo moderno, tampouco foi vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias Orientais” (MARX; ENGELS, 2013, p. 90). Então, conclui-se que o desenvolvimento social trazido pelo capitalismo, isto é, o aumento exponencial de forças produtivas gestado a meios vis por esse sistema, responsável por dilacerar qualquer espécie de propriedade comum ao longo da Europa ocidental, poderia ser apossado pela Rússia sem que ela passasse pelos terrores da produção capitalista graças à contemporaneidade de sua comuna rural para com as indústrias dos países vizinhos²⁶.

O filósofo renano ainda conclui seu argumento:

Se os adeptos russos do sistema capitalista negam a possibilidade teórica de tal evolução, eu lhes proporia a seguinte questão: para explorar as máquinas, os barcos a vapor, as ferrovias, a Rússia foi forçada, a exemplo do Ocidente, a passar por um longo período de incubação da indústria mecânica? Que eles me

26 “Do ponto de vista histórico, o único argumento sério a favor da *dissolução fatal* da comuna de *camponeses russos* é este: quando muito, se encontra em toda parte na Europa ocidental um tipo mais ou menos arcaico de propriedade comum; ela desapareceu totalmente com o progresso social. Por que ela escaparia a esse mesmo destino tão somente na Rússia? Respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pôde se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento de produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as *conquistas positivas* e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis”. (MARX; ENGELS, 2013, p. 89-90).

expliquem de novo como fizeram para introduzir entre eles num piscar de olhos todo o mecanismo de trocas (bancos, sociedades de crédito etc.), cuja produção custou séculos ao Ocidente? (MARX; ENGELS, 2013, p. 90).

Mas, apesar de reconhecer o potencial tremendo que a comuna rural russa mantinha em seu interior, o velho mouro sabia dos ataques que estavam em andamento contra a propriedade comum do país para o qual dirigia a caneta. Karl Marx afirma que:

Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo Estado em condições econômicas anômalas e desde esse tempo não cessou de sucumbir às forças sociais concentradas em suas mãos (...). Essa opressão vinda de fora desencadeou no seio da própria comuna o conflito de interesses já presente nela e desenvolveu rapidamente os germes de sua decomposição. Mas isso não é tudo. À custa dos camponeses, o Estado deu forte impulso aos ramos do sistema capitalista ocidental que, sem desenvolver de nenhum modo as capacidades produtivas da agricultura, são os mais apropriados para facilitar o roubo de seus frutos pelos intermediários improdutivos. Desse modo, ele cooperou para o enriquecimento de um novo parasita capitalista que suga o sangue já tão anêmico da “comuna rural”. (MARX; ENGELS, 2013, p. 96-97).

Para salvar a comuna rural russa e, conseqüentemente, as condições que sua forma de produzir garante ao desenvolvimento rumo ao comunismo, Marx enxerga como possibilidade uma revolução capaz de romper com “esse concurso de influências destrutivas [que] naturalmente deverá levar a comuna rural à morte” (MARX; ENGELS, 2013, p. 97)²⁷.

CONCLUSÃO

Demonstrou-se, na primeira seção, como os pressupostos da filosofia marxiana são incompatíveis com quaisquer concepções etapistas da História. No segundo segmento, fez-se clara a forma pela qual as considerações de uma entificação geral do capitalismo, como expostas n’*A assim chamada acumulação primitiva*, não se afastam dos entendimentos marxianos acerca do *ser consciente* e da *atividade humana sensível*. Por fim, aferiu-se os argumentos redigidos por Karl Marx como resposta ao debate sobre o futuro da comuna rural russa, indissociáveis da principal pergunta que se buscou responder neste trabalho: “É necessário o desenvolvimento do capitalismo em uma sociedade para que ela atinja o comunismo?”.

²⁷ “Ao mesmo tempo em que se sangra e tortura a comuna, que se esteriliza e pauperiza a sua terra, os lacaios literários dos ‘novos pilares da sociedade’ designam ironicamente os ferimentos que assim lhe são infligidos como sintomas de sua decrepitude espontânea. Afirma-se que ela está morrendo de morte natural e que se fará um bom trabalho abreviando sua agonia. Aqui não se trata mais de um problema a resolver; trata-se pura e simplesmente de um inimigo a derrotar. Para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa. De resto, os governos e os ‘novos pilares da sociedade’ fazem o melhor que podem para preparar as massas para essa catástrofe”. (MARX; ENGELS, 2013, p. 102).

Contudo, tendo em vista a utilização da *crítica imanente* neste trabalho, aqui “não caberia o que tradicionalmente é entendido por uma conclusão” (CHASIN, 1978, p. 604). Fazê-lo não passaria de “uma redundância empobrecida, pois não seria mais do que um simples resumo, enquanto a análise imanente propriamente dita, a seu plano, é conclusiva no seu próprio decurso” (CHASIN, 1978, p. 604). O presente artigo, em verdade, tratou de “dizer, o máximo possível, através da própria palavra do objeto analisado” (CHASIN, 1978, p. 603), visando à superação da “pseudodualidade entre *apresentação de dados* e *processo analítico*” (CHASIN, 1978, p. 603). Consequentemente, poder-se-ia “ter tomado o ponto final do capítulo anterior como o ponto final da exposição no seu todo” (CHASIN, 1978, p. 603). Em outros termos, sempre seguindo o propositor da *crítica imanente* anunciada e levada a cabo nestes escritos, “a conclusão principiou a ser articulada no mesmo instante que se iniciava o rastreamento dos textos” (CHASIN, 1978, p. 603).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, José. “A fundamentação ontoprática e a resolução metodológica”. In: CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 25-27.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1978.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1986.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. “A assim chamada acumulação primitiva”. In: MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2017a. v. I. p. 785-833.

MARX, Karl. “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução”. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2016a. p. 151-163.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2016b.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2016c.

MARX, Karl. “Posfácio da segunda edição”. In: MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2017b. v. I. p. 83-91.

MARX, Karl. “Prefácio”. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 47-52.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1978.

STALIN, J. *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945.

VAISMAN, Ester; ALVES, Antônio José Lopes. “Apresentação”. In: CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 7-23.

ZASULITCH, Vera Ivanova. “Carta a Karl Marx, 16 fev. 1881”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 78-80.

PRÁXISCOMUNAL

Práxis Comunal
v1.n.1 JAN-DEZ. 2019
Periodicidade: Anual

seer.ufmg.br/index.php/praxiscomunal
praxiscomunal@fafich.ufmg.br

HELENO, Matheus, C. de S. Era Karl Marx um Etapista Histórico?
Data de submissão: 04/04/2019 | Data de aprovação: 07/11/2019

A Práxis Comunal é uma revista eletrônica da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como citar este artigo:

HELENO, Matheus, C. de S. Era Karl Marx um Etapista Histórico? In: **Práxis Comunal**. Belo Horizonte: Vol. 2, N. 1, 2019, pp. 222-245.